

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.202 - SP (2019/0234812-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : GEVANEIDE FERNANDES RODRIGUES  
**ADVOGADOS** : AYRTON MENDES VIANNA - SP110408  
THIAGO RAMOS VIANNA - SP279419  
**AGRAVANTE** : BRADESCO SEGUROS S/A  
**ADVOGADO** : VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464  
**ADVOGADA** : ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por GEVANEIDE FERNANDES RODRIGUES contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 279):

*"Agravo de instrumento - Indenização - Seguro Habitacional - Competência - Requisitos estabelecidos em sede de recurso repetitivo pelo e. STJ No caso concreto, a CEF afirma não ter interesse na lide, pois não localizou vínculo com apólice pública nem relação jurídica no CADMUT - Confirma-se decisão - Nega-se provimento ao recurso."*

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 80, I, e 85, §§ 1º e 11 do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento, entre outros, que "(...) *houve sucumbência da recorrida no recurso de agravo de instrumento manejado e, tendo em vista a mudança de instância recursal, de rigor o arbitramento de honorários advocatícios adicionais (...)*" e que, "(...) *Com relação à matéria objeto da nulidade acima trazida, Já houve recurso interposto pela agravante versando sobre o mesmo temas (que afastou o interesse da CEF na lide), motivo pelo qual o recurso de agravo de instrumento interposto era manifestamente inadmissível, requerendo o reconhecimento da má-fé da recorrida, com a consequente condenação nas penas da lei à multa de 9% sobre o valor da causa (...)*" . (fls. 286-289)

É o relatório. Decido.

Cumprido observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado

Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O recurso em apreço não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 85, §§ 1º e 11 do CPC/2015, a recorrente sustenta que faz jus ao arbitramento de honorários sucumbenciais e recursais. Por sua vez, o TJ-SP, com arrimo no acervo fático-probatório, consignou pela impossibilidade de arbitramento dos honorários, pois somente podem ser considerados quando da fixação em fase de conhecimento. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fl. 281):

*"Por fim, os honorários de sucumbência recursal pleiteados pelas contrarrazões serão considerados quando da fixação deles para a fase de conhecimento.*

*Pelas razões expostas, nega-se provimento ao recurso."*

Verifica-se do excerto ora transcrito, que a decisão recorrida não destoia do entendimento firmado por esta Corte, no sentido de que não cabe fixação de honorários recursais de ação que se origina de agravo de instrumento, pois inexistente condenação prévia. Nesse sentido, confirmam-se seguintes precedentes:

***"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA ACÓRDÃO DE TURMA JULGADORA. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ERRO GROSSEIRO INESCUSÁVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.***

***(...)***

***4. Quanto ao pedido formulado pelo agravado, na impugnação ao agravo interno, a respeito da necessidade de condenação do agravante em "honorários sucumbenciais", o mesmo não procede. Ocorre que o recurso especial combate acórdão estadual proferido em sede de agravo de instrumento, ou seja, visa desconstituir decisão interlocutória do juízo de piso, de modo que ainda não houve in casu condenação, muito menos sucumbência. 5. Os honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15) incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao CPC/15, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida a fixação em agravo interno e embargos de declaração.***

***6. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa."***

***(AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1253274/RS, Rel. Ministro***

**LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019 - grifou-se)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015). 2. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE. 3. ACÓRDÃO RECORRIDO PROFERIDO EM JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INEXISTÊNCIA DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS INSTÂNCIAS INICIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ESTIPULAÇÃO DA VERBA NESTA INSTÂNCIA ESPECIAL. 4. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

(...)

*3. Não é cabível a fixação de honorários recursais, in casu, porquanto, além de não ter sido fixada tal verba nas instâncias ordinárias, a ação que originou o presente recurso especial é agravo de instrumento, sendo inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, diante da disposição prevista no art. 25 da Lei 12.016/2009.*

*Precedente.*

*4. Agravo interno não conhecido."*

(AgInt no AREsp 1429501/MS, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 25/06/2019 - grifou-se)

Nessa esteira, verifica-se que a decisão recorrida está de acordo com a jurisprudência desta Corte, o que faz incidir o óbice da Súmula n. 83/STJ, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Em relação ao art. 80, I, do CPC/2015, a recorrente defende que deve ser reconhecida a litigância de má-fé da agravada, uma vez que trouxe discussão de questão já decidida definitivamente.

Nesse ponto, o Tribunal de origem, com arrimo no acervo fático-probatório, afastou a litigância de má-fé, pois concluiu que não se tratava de matéria já decidida, mas, sim, de fato novo trazido pela Lei n. 13.000/14. A título elucidativo, segue o trecho do v. acórdão estadual (fls. 280-281):

*"As razões deste recurso não indicam exatamente onde está a prova de que a apólice em questão é pública.*

*Nas contrarrazões, a CEF afirma não ter*

*interesse na lide, pois não localizou vínculo com apólice pública no caso concreto nem relação jurídica relativa à autora no CADMUT (Cadastro Nacional de Usuários) (fls. 267/268).*

*A Bradesco Seguros invoca a inovação trazida pela Lei 13.000/2014, que acrescentou o art. 1º-A à Lei n. 12.409/11.*

*O §7º desse dispositivo legal determina que:*

*"Nos processos em que a apólice de seguro não é coberta pelo FCVS, a causa deverá ser processada na Justiça Comum Estadual".*

*Como não há prova de que a apólice em discussão seja pública, não há cobertura pelo FCVS e, conseqüentemente, ausente interesse da CEF.*

*A autora pede condenação por litigância de má-fé em razão do decidido nos acórdãos de fls. 258/ 262 e 262/ 264, proferidos em dezembro/ 2011 e maio/ 2012.*

*A alegação de competência da Justiça Federal está justificada em fato novo (Lei n. 13.000/ 14).*

*Portanto, não há litigância de má-fé."*  
(grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu que não houve litigância de má-fé por parte da agravada. Desse modo, a pretensão de alterar o entendimento firmado, sob alegada ofensa ao dispositivo mencionado, ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ. Nessa linha de inteligência, confirmam-se os seguintes precedentes:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. MULTAS PROCESSUAIS IMPOSTAS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. RECURSO ESPECIAL QUESTIONANDO A LEGALIDADE DAS MULTAS. RECOLHIMENTO PRÉVIO. NÃO CABIMENTO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. FUNDAMENTAÇÃO. ART. 80, IV E VII, DO CPC/2015. AFASTAMENTO. REEXAME DE PROVA (SÚMULA 7/STJ). MULTA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.026, § 2º, DO CPC. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AFASTAMENTO. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.*

(...)

**3. Hipótese em que a revisão da conclusão do acórdão recorrido, no que se refere à caracterização de litigância de má-fé do recorrente, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).**

(...)

**5. Agravo interno provido para conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento."**

(AgInt no AREsp 1330255/MT, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 21/10/2019 - grifou-se)

**"PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.**

(...)

**2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).**

**3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela inexistência da hipossuficiência do consumidor e do dano moral, assim como pela litigância de má-fé. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.**

**4. Agravo interno a que se nega provimento."**

(AgInt no AREsp 1345058/RS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator